

Artigo Original

Atividades humanas na terapia ocupacional: construção e compromisso¹

Human activities in occupational therapy: construction and commitment

Isadora Cardinalli^a , Carla Regina Silva^a 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Cardinalli, I., & Silva, C. R. (2021). Atividades humanas na terapia ocupacional: construção e compromisso. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2880. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2176>

Resumo

Apresenta-se uma síntese propositiva sobre os usos e compreensões do termo “atividades humanas” que, a partir da década de 1990, passou a ser privilegiado na produção de conhecimentos da terapia ocupacional brasileira. É feita uma descrição sobre a construção epistemológica e social em torno das atividades, apontando suas dimensões como instrumento e/ou elemento centralizador e orientador do processo terapêutico ocupacional e, por fim, propomos um debate crítico contemporâneo. Tem-se como referência quatro movimentos históricos e marcadores teórico-metodológicos da produção da terapia ocupacional para abordar o deslocamento das compreensões até um conceito humano, cultural, plural e polissêmico, sobretudo voltado para a dinâmica viva das pessoas e coletivos. As perspectivas das Terapias Ocupacionais do Sul e da Terapia Ocupacional como Produção de Vida são apresentadas para contribuir com o debate propositivo, sustentado pelo compromisso ético-político-cultural deste campo de saberes e práticas, contextualizado na realidade brasileira. Ao indicar desafios e urgências das atividades humanas, vê-se que as mudanças não cessarão e, portanto, novas compreensões e ressignificações são importantes. Valoriza-se as contribuições epistemológicas e sociais que mobilizam construções culturalmente coerentes com a transformação social, que enfrenta os domínios e poderes hegemônicos, com abertura para a inventividade e solidariedade profissional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Atividades Humanas, Epistemologia, Teoria Crítica, Formação de Conceito.

Abstract

We presented in the study, a propositional synthesis about the uses and understandings of the term human activities, which from the 1990s, became privileged in the production of knowledge of Brazilian occupational therapy. There is

¹Esse trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado em que os procedimentos éticos vigentes foram cumpridos. Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa nº 3.402.197.

Recebido em Out. 15, 2020; 1ª Revisão em Mar. 15, 2021; 2ª Revisão em Maio 8, 2021; Aceito em Maio, 25, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

a description of the epistemological and social construction around the activities, pointing out its dimensions as a tool and/or centralizing and guiding element of the occupational therapy process and, finally, we propose a contemporary critical discussion. Using as reference four historical movements and theoretical-methodological markers of the production of occupational therapy to address the displacement of understandings to a human, cultural, plural, and polysemic concept, above all, focused on the living dynamics of people and collectives. The perspectives of Occupational Therapies in the South and Occupational Therapy as Production of Life are presented to contribute to the propositional debate, supported by the ethical-political-cultural commitment of this field of knowledge and practices, contextualized in the Brazilian reality. By indicating challenges and urgencies of human activities, we have that changes will not stop and, therefore, new understandings and reframes are important. The epistemological and social contributions that mobilize constructions that are culturally consistent with social transformation are valued, facing the hegemonic domains and powers, with openness to inventiveness and professional solidarity.

Keywords: Occupational Therapy, Human Activities, Knowledge, Critical Theory, Concept Formation.

Introdução

“As atividades humanas são instrumento privilegiado das ações dos terapeutas ocupacionais e constituem o elemento centralizador e orientador na construção complexa e contextualizada do processo terapêutico neste campo” (Universidade de São Paulo, 1997). Este trecho compõe uma concepção de terapia ocupacional amplamente difundida no Brasil, orientando, inclusive, a definição brasileira da profissão junto à Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (World Federation of Occupational Therapists, 2017).

A centralidade das *atividades humanas* para os processos terapêuticos ocupacionais no contexto brasileiro é reconhecida a partir da década de 1990, ainda que coexistam outros termos ou qualificadores das atividades e mesmo diferentes compreensões sobre um mesmo termo na discussão dos instrumentais e/ou objetos de estudo da profissão ao longo do tempo (Cardinalli, 2017; Poellnitz, 2018). Afinal, é preciso reconhecer “[...] a polissemia, a polivocidade e a pluralidade inevitável para a construção de um campo que foi, necessariamente, marcado por práticas e saberes diversos” (Silva, 2013, p. 462).

Este ensaio busca contribuir com o debate sobre os usos e compreensões das *atividades humanas* na terapia ocupacional brasileira. Para tanto, ele realiza uma revisão assistemática crítica da literatura², com base na recuperação de referências chaves organizadas e debatidas a partir da proposição dos quatro movimentos da produção da terapia ocupacional brasileira proposto por Galheigo et al. (2018). Assim, este ensaio parte da recuperação histórica do termo atividade e suas compreensões, considerando suas dimensões de instrumento e/ou elemento centralizador e orientador do processo terapêutico ocupacional e a compreensão das *atividades humanas* ancorada por um posicionamento ético-político-cultural.

²Este ensaio parte de um recorte dos resultados de uma pesquisa de doutorado na área da terapia ocupacional, cujo enfoque são as atividades humanas para e na terapia ocupacional brasileira, desenvolvido entre 2018 e 2021.

Constituição Histórica e Epistemológica

Este ensaio parte da proposição apresentada por Galheigo et al. (2018), a qual sugere quatro movimentos distintos na produção da terapia ocupacional brasileira. Reconstituírem-se usos e compreensões sobre as atividades relacionados aos processos históricos da profissão.

O primeiro movimento tem início em 1956, com o surgimento dos cursos de terapia ocupacional no Brasil, quando se configuram as primeiras bases teórico-práticas da profissão no país, durando até o final da década de 1970 (Galheigo et al., 2018).

Soares (1991, p. 12) considera que o início da intervenção em terapia ocupacional foi junto aos “doentes mentais” nos anos 1940 e o enfoque da década seguinte esteve sobre os “incapacitados físicos”, utilizando o “[...] trabalho, a recreação e o exercício como meio de desenvolvimento e adaptação do homem à sociedade”. Esses três recursos constituíam um papel social contraditório para a terapia ocupacional, pela falta de condições para alcançar “[...] autonomia do indivíduo em suas atividades de vida diária e sua absorção ao mundo do trabalho” (Soares, 1991, p. 13).

Para Maroto (1991), até meados da década de 1970, a terapia ocupacional buscou legitimidade para seu projeto social com a incorporação do discurso internacional dominante, voltado para a reinserção produtiva de sua clientela, definindo seu fazer profissional pelas técnicas paramédicas. Feriotti (2013) indica que o modelo médico reducionista marcou a compreensão sobre a profissão, vinculando-a aos meios/instrumentos/recursos de intervenção terapêutica, ou seja, a limitaram e a condicionaram à aplicação de ocupações ou atividades terapêuticas visando ao tratamento de doenças, disfunções ou sintomas. Salles & Matsukura (2016) relacionam o uso dos termos atividade e ocupação, neste período, com a compreensão de passatempo para pessoas institucionalizadas ou para a própria manutenção das instituições e da lógica de submissão.

Ferrigno (1991) afirma que os conceitos de saúde e de incapacidade incorporados e transmitidos pelas primeiras gerações de profissionais foram fundamentados na visão saúde-doença como fenômenos excludentes e isolados, cuja superação se restringia à cura imediata do problema. Nessa compreensão, os determinantes de saúde estariam no indivíduo e em sua predisposição a doenças ou condições socioeconômicas e culturais, que seriam imutáveis.

Já neste período, também houve influência humanista e psicanalítica na produção nacional (Galheigo et al., 2018). A profissão incorporou aos discursos os aspectos psicológicos, as relações interpessoais e o bem-estar consigo mesmo e com o meio, considerando prioritariamente a família, pois a “[...] integração social veiculada pela TO pressupõe a família como núcleo de socialização” (Maroto, 1991, p. 129). Na dissertação de mestrado de Ferrari (1975), aparece a questão da significação das atividades: “A atividade, pois, só tem valor quando o indivíduo realmente participa dela, isto é, quando a mesma tem significado para a pessoa” (Ferrari, 1975, p. 49).

Os apontamentos desse primeiro movimento apresentam reproduções e contradições das práticas em terapia ocupacional e as primeiras mobilizações relacionadas às demandas sociais do contexto. Podemos ressaltar a dimensão das atividades como meio/instrumento/ferramenta/recurso e sua aplicabilidade para minimizar ou suprimir alguma falta, aplacar ou curar doenças, sintomas ou incapacidades. Da mesma forma,

podemos notar preocupações relacionadas aos contextos sociais e relacionais, como se essa dimensão pudesse contribuir também para as demandas e necessidades da inserção social.

O segundo movimento estaria compreendido entre o final dos anos 1970 até 1996 e foi marcado pela problematização da terapia ocupacional a partir de aportes da saúde coletiva e das ciências humanas e sociais. “Destaca-se o surgimento do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira, ao final dos anos 1970, inicialmente, por meio de crítica às práticas hegemônicas, e posteriormente, através de proposições de práticas emancipatórias” (Galheigo et al., 2018, p. 734). Neste período, vemos também a construção de alicerces para a concepção das *atividades humanas*.

A dissertação de Galheigo (1988) cita que o conceito de *atividade humana* começava a ser utilizado por terapeutas ocupacionais, avançando a ideia de trabalho. Isso porque o

[...] conceito de atividade possibilita à terapia ocupacional acesso à toda manifestação humana. Coloca sob seu domínio: o cotidiano nas necessidades de autocuidado e automanutenção, a capacidade de criação e produção, o lazer, a brincadeira infantil, a necessidade de instrumentos para a adaptação (Galheigo, 1988, p. 69).

Essa reflexão caminha no sentido da promoção da autonomia dos sujeitos para além da lógica do trabalho, tal como mencionado por Soares (1991) sobre o movimento anterior.

Em um dos primeiros livros nacionais, “Terapia Ocupacional”, Francisco (1988) analisa os modelos relacionadas à atuação profissional: a *ocupação* teria como pressuposto uma natureza ocupacional das pessoas, considerando o *lazer* uma preparação evolucionária para o *trabalho* ou *produção*, segmentando e hierarquizando a vida em *atividades de vida diária* em uma lógica social sistêmica e positivista com incentivo à produtividade; a *atividade como exercício*, dependente de roteiros minuciosos de análise e protocolos de adaptação e graduação, teria o modelo biomédico reducionista como orientação; a *atividade como expressão* teria como referências a psicodinâmica e a psicanálise; e, contrapondo com tais recursos terapêuticos, a *atividade humana como criação e transformação* teria embasamento na visão marxista.

Nesse diálogo, a dissertação de mestrado de Medeiros (2010), publicada em 1988, faz uma análise epistemológica e social da terapia ocupacional, indicando seu interesse pelos problemas dos indivíduos/coletivos em sua vida de atividades. Considera as *atividades humanas* como produto e meio de construção do próprio ser humano, sendo papel da profissão buscar entender as relações que este ser ativo estabelece em sua condição de vida e saúde. A profissão teria, segundo a autora,

[...] intenção de estruturar um conhecimento a respeito do homem-ativo, de suas possibilidades de ação e das interdeterminações de suas diferentes dimensões e contextualização histórico-social, na construção de si mesmo e de um mundo humanizado, como ponto de partida e meta de sua intervenção (Medeiros, 2010, p. 28).

Como ressalva, a autora também aponta que as atividades nem sempre são centrais em todas as perspectivas em terapia ocupacional, já que a história da profissão é marcada por rupturas e produção de diversos princípios e ações (Medeiros, 2010).

Nascimento (1990, p. 17, grifos da autora) questionou enfaticamente que se “[...] *aplique* ou *supervisione* atividades com determinados pacientes, dando-lhes um caráter terapêutico [...] o sentido terapêutico, capaz de transformar qualquer atividade em *atividade terapêutica*. Isto é, na minha opinião, um mito”. Em sua crítica, denuncia a construção hegemônica do modelo biomédico que introjetou a visão linear de caráter causa/efeito e a medicalização do cuidado pelas atividades, imprimindo-lhes crenças benfeitoras e terapêuticas de forma descontextualizada (Nascimento, 1990).

No mesmo ano, Castro & Silva (1990) publicaram um artigo sobre os processos criativos em terapia ocupacional, no qual contextualizam sujeito e *atividades humanas*, assim como sua dimensão cultural e criadora, demarcando essa dimensão para o campo:

[...] toda atividade humana está inserida numa realidade social, portanto, ao realizar uma atividade, o homem criador não está exclusivamente exprimindo seus sentimentos, mas projetando nela tudo que percebe como próprio dos homens de sua época e lugar, em outras palavras, do seu contexto cultural que afetou, direta ou indiretamente suas experiências. As experiências sejam elas pessoais, sociais ou afetivas, são fundamentais visto que se constrói pelas relações (Castro & Silva, 1990, pp. 74-75).

Em 1991, o livro de Soares questiona a lógica do capital na terapia ocupacional, apresentando concepções e práticas desde o reducionismo, com reflexões críticas, para propor uma práxis mais coerente com as mudanças políticas do país, corroborando com Francisco (1988) e Medeiros (2010) sobre o referencial marxista no uso do termo *atividades humanas*. Aponta “[...] que não foi possível atender às necessidades das classes populares sem promover alterações conjunturais que promoveram a absorção dessa oferta para necessidades similares das classes dominantes” (Soares, 1991, p. 204). E, ao indagar sobre o conflito de sua relevância e papel social, provoca: “[...] se a atividade humana, em seu aspecto físico, psíquico e social, deixasse de ser a essência da terapia ocupacional, o que viria a sê-lo?” (Soares, 1991, p. 190).

Furtado (1991) entendeu que os estereótipos e estigmas da terapia ocupacional derivam de seu desconhecimento associado a compreensões enviesadas como “ocupar as pessoas” ou “realizar atividades manuais” que desqualificam sua atuação e relação com as demandas e populações. Saliou a diferenciação entre o fenômeno e o objeto de atuação como única saída para transformação do seu valor profissional. Com isso, o processo identitário da terapia ocupacional necessitaria realizar um deslocamento para que a profissão não fosse definida pelas técnicas empregadas e sim pelas variáveis que determinam suas formas de atuar.

Maria Caniglia (Machado, 1991, p. 63) marcou fortemente esse deslocamento no sentido de criar um corpo de conhecimento próprio que abrangeria o sujeito e o objeto de estudo da profissão no “significado da atividade humana”. Ela sugeriu uma mudança etimológica para a profissão - praxiterapia - pois traduziria melhor sua atuação pela e para práxis, tendo a praxiologia como referencial mais adequado, ou seja, a ciência da atividade humana. Dedicar-se ao ser humano em atividade, visando a práxis, que é a *atividade humana* em sua completude teórica e prática, indissociando “[...] espiritual e material, idealização e realização, planejamento e execução, pensamento e ação” (Machado, 1991, p. 62).

Esse segundo movimento foi marcado por questionamentos e apropriação de reflexões sobre a fundamentação e o papel social da terapia ocupacional. A elaboração crítica sobre a proposição das atividades, com identificação do conceito de *atividades humanas*,

contribuiu para o deslocamento de uma visão técnica para uma visão ética e política da profissão, problematizando diretamente sua função e identidade. A constituição de alicerces contextualizados por reflexões sociais, políticas, econômicas e culturais, presentes no período, fortalecem-se no movimento seguinte.

O terceiro movimento, entre 1997 a 2005, esteve relacionado à diferenciação e à consolidação dos campos de investigação e práticas da terapia ocupacional por meio de contextualização sociopolítica, embasamento em políticas públicas, problematização teórico-conceitual e proposição de práticas emancipatórias - essas, construídas desde, para e com o mundo da vida, considerando atividades e cotidianos (Galheigo et al., 2018).

As práticas de terapia ocupacional, acompanhando as políticas sociais territoriais brasileiras que vinham se constituindo, puderam se efetivar além dos limites institucionais restritivos, viabilizando a participação nos espaços da vida cotidiana.

Galheigo (2003) observou uma resignificação do foco da terapia ocupacional com a compreensão da vida cotidiana que abrange a subjetividade e as relações sociais. Para Surjus (2017, p. 902), a *atividade humana* foi tomada como elemento fundamental da inserção de indivíduos ou grupos em seus espaços cotidianos, considerando uma ampliação da definição da profissão, “[...] reorientando-se pelas condições e necessidades da população marginalizada e excluída”.

Apesar das questões sociais permearem a função da profissão desde seus primórdios, nesse momento, acontece sua apropriação como preceitos fundamentais, tendo a priorização da cidadania na busca por “[...] produzir acesso e garantia de direitos para os sujeitos e coletivos” (Galheigo et al., 2018, p. 730). Trazendo o referencial da Filosofia da Diferença, Lima (2003), mostra que o compromisso ético-político com a população fez surgir, para além da tolerância e da defesa dos direitos, o desejo à diferença. “Não basta reconhecer o direito às diferenças identitárias, com essa tolerância neoliberal tão em voga, mas caberia intensificar as diferenciações, incitá-las” (Quarentei, 1999, p. 200).

Lima (1997, p. 100) apresenta a arte como “[...] dimensão intrínseca a toda forma de produção e atividade humana” e o adoecimento é compreendido como impedimento da criação, sendo a clínica um acolhimento para libertação da potência criadora da vida. Assim, o trabalho clínico não se esgota ao instaurar um estado permanente de criação e de novos modos de ser. “É preciso também que essas novas formas constituídas de existência, sua processualidade própria, bem como suas produções materiais possam ganhar significação coletiva” (Lima, 1997, p. 100).

Para Quarentei (2001), a inesgotável conexão com outros campos do saber e o distanciamento da racionalidade moderna aproximaram a terapia ocupacional da produção de vida, dos modos de vida, das formas subjetivas de existência e da própria fabricação de mundos. Para ela, a vida é um “[...] *continuum* incessante de atividades”, em que as *atividades humanas* são matérias de vida, nas quais terapeutas ocupacionais investem intensamente e de formas múltiplas (Quarentei, 2001, p. 2).

Vemos que o aprofundamento da crítica à atividade como instrumento ou recurso positivista fortalece a concepção da *atividade humana* como elemento cultural, de caráter polissêmico e complexo, relacionada ao cotidiano e às dimensões sociopolítica, subjetiva e afetiva da condição humana (Galheigo et al., 2018).

Brunello (1991, p. 31), em artigo publicado ainda no movimento anterior, aponta a influência do fator cultural no processo em terapia ocupacional, advertindo que é “[...] necessário conhecer a realidade cultural para se compreender realmente o outro”. Para

Barros (2004, p. 96), “[...] torna-se imperativo para o terapeuta ocupacional desenvolver atividades culturalmente pertinentes, pois se trata de compreender como as atividades mais valorizadas são percebidas na comunidade”.

Barros et al. (2002), marcando o deslocamento para a terapia ocupacional social, apresentam o conceito de atividade como um construto,

[...] uma mediação de relações múltiplas, mas situada no tempo e no espaço culturais; é um conceito inacabado e incorpora em si essa incompletude, constituindo-se pelo movimento, pelo processo de comunicação em linguagem (verbal, gestual, sonora, ou seja, icônica, indicial e simbólica). Trata-se de um conceito que se realiza na experiência e na situação vivida (Barros et al., 2002, p. 102).

O capítulo de Castro et al. (2001) sobre as *atividades humanas*, publicado no livro “Terapia Ocupacional no Brasil”, que se tornou uma referência importante para este debate, apresenta uma retrospectiva sobre o uso das atividades e atualiza sua concepção e sentidos como um circuito de relações humanas e trocas sociais que envolvem

[...] o lúdico, o corpo, a arte, a criação de objetos, os estudos e o conhecimento, a organização dos espaços e o cuidado com o cotidiano, os cuidados pessoais, os passeios, as viagens, as festas, as diversas formas produtivas, a vida cultural, são alguns exemplos de temas que referendam, conectam e agenciam experiências, potencializam a vida, promovem transformações, produzem valor (Castro et al., 2001, p. 46-47).

A atividade é compreendida como humana e cultural, elemento articulador entre indivíduo e comunidade, vida cotidiana e produções culturais. “O sentido fundamental das atividades é ampliar o viver e torná-lo mais intenso, nunca diminuí-lo ou esvaziá-lo” (Castro et al., 2001, p. 55). Castro et al. (2004) e Lima (2004) também abordam a análise das atividades a partir dessa atualização de concepção e prática em terapia ocupacional.

O quarto movimento, iniciado em 2006, envolve dificuldades de análise, visto que perdura até o presente. Percebe-se uma intensa diversificação teórico-conceitual e metodológica na produção de saberes e práticas de terapia ocupacional, marcada pelo aumento progressivo da produção acadêmica, como publicações de livros e de pesquisas. Há também uma ampliação das cooperações internacionais e “[...] uma reincorporação de perspectivas teórico-metodológicas, referenciais teórico-práticos e modelos de terapia ocupacional internacionais [...] com destaque para os papéis ocupacionais, e a Ciência Ocupacional” (Galheigo et al., 2018, p. 733).

Nessa direção, engendra-se uma dada mudança no perfil das produções da área que também interferiu nos debates em relação às *atividades humanas*, sobretudo porque os referências e modelos de terapia ocupacional internacionais utilizam outros conceitos e outras compreensões e, na maioria dos casos, reproduzem e derivam dos modelos anglo-saxões hegemônicos de ciência e conhecimento.

Por outro lado, também são realizadas investigações e retrospectivas históricas sobre a produção de conhecimento e os usos dos termos no Brasil (Lima et al., 2011; Lima et al., 2013; Feriotti, 2013; Salles & Matsukura, 2016; Cardinalli, 2017; Poellnitz, 2018), constatando a polivocidade dos termos, ainda que atividade apareça como mais utilizado a partir de 1990 (Lima et al., 2011; Lima et al., 2013; Poellnitz, 2018).

Elisabeth Lima, em sua tese de livre-docência (Lima, 2017), aprofunda a investigação do conceito de *atividade humana* a partir da obra de Hannah Arendt, acompanhando seu estudo histórico, desde a proposição aristotélica. Problematiza a sociedade capitalista, o totalitarismo e as condições que produzem isolamento e ao desenraizamento social. Enquanto estratégias de resistência, estão a recuperação das esferas da *atividade humana* junto ao espaço público e ao mundo comum, no sentido da vida ativa. Tais estratégias se imbricam e se articulam: no reencantamento do mundo comum através da arte; no investimento da ação e da dignidade política; no exercício de pensamento e de compreender; e na reinvenção da convivência com estabelecimento de uma política da amizade (Lima, 2017).

Em 2019, é lançado o primeiro livro sobre o tema “Atividades Humanas & Terapia Ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências”, reunindo discussões teórico-práticas de autores de diferentes regiões do país que compõem o Grupo de Pesquisa interinstitucional Atividades Humanas e Terapia Ocupacional - AHTO (Silva, 2019). O grupo tem investido em pesquisas e produção de conhecimento na temática, além da organização de eventos, como o Encanto – Encontro sobre Atividades na Terapia Ocupacional.

Esse quarto movimento mostra a multiplicação de práticas relacionadas a políticas sociais, como saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho e direitos humanos, e a contextos variados, “[...] incluindo serviços, equipamentos, projetos e ações de base domiciliar, comunitária, territorial, institucional e privada” (Galheigo et al., 2018, p. 733). Assim como a institucionalização do debate sobre as *atividades humanas* e a cultura pela terapia ocupacional, que se constituiu como campo amparado por políticas e direitos específicos e integrados às dimensões culturais simbólica, econômica e cidadã (Gonçalves et al., 2017; Silva, 2019; Silvestrini et al., 2019).

Comprometimento Ético-Político-Cultural

Ao tratar das *atividades humanas* em terapia ocupacional a partir de uma leitura histórico-crítica, corroboramos com Bezerra (2011) que identificou duas linhas de pensamento na análise da literatura sobre a gênese e o desenvolvimento da profissão no Brasil:

[...] *endogenista*, na qual os autores analisam a origem da profissão, a partir da utilização indiscriminada da “atividade” nos problemas de saúde, ao longo da história da humanidade, desconsiderando - em suas análises - os aspectos econômicos e político-ideológicos, de cada momento histórico [...] A segunda perspectiva, denominada *histórico-crítica* situa a gênese da profissão em um momento histórico preciso: o contexto do capitalismo monopolista. Nesses autores, notamos a presença dos fatores sociais, econômicos e políticos, como fundamento da existência profissional e uma consideração sobre a funcionalidade da profissão na reprodução das relações sociais (Bezerra, 2011, p. 150, grifo do autor).

Galheigo (2012) apresenta um enfoque sensível e crítico como uma perspectiva epistemológica de acolhimento das experiências singulares e problematização dos macroprocessos e desigualdades imbricados nos cotidianos, típicos da acumulação capitalista, como compromisso ético-político que afirma movimentos de resistência da vida e explicita as tensões macro e micropolíticas. Esse investimento busca por transformação e

justiça social, emancipação das pessoas e coletivos, respeito à diversidade e um caminho para superação da dominação e para redistribuição de recursos.

Lima (2019) propõe uma perspectiva ético-estético-política para as atividades na terapia ocupacional, ao problematizar a relação com a produtividade capitalista que envolve as *atividades humanas* e o modo de vida contemporâneo. A autora propõe reconfigurar a compreensão sobre as atividades envolvendo sua condição intrínseca de não-atividade, para restabelecer seu valor de produção, ação e relação com a vida comum.

O que distingue a atividade humana que aumenta a potência de agir dos seres humanos e aquela que ameaça a própria vida no planeta é justamente a incorporação, no seio da ação e do fazer, da impotência, da incapacidade e da vulnerabilidade. Em suma, a possibilidade de não fazer e não agir (Lima, 2019, p. 121).

Tais posicionamentos explicitam como o modo de vida ocidental capitalista neoliberal atua sobre o incentivo e a compreensão de *atividades humanas*, que também promovem exploração e destruição da condição humana e da natureza. Essa contradição é alimentada pelo estímulo à produtividade exploratória e à inserção social pela via da normatividade que mantêm a produção de riqueza e de hegemonia, ou de pobreza e submissão.

Com tal ponderação, é reconhecido o uso do termo *atividades humanas* em sua construção histórico-crítica anti-hegemônica como contribuição às reflexões das Terapias Ocupacionais desde Sul que partem de uma construção coletiva composta de saberes e fazeres próprios das Epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2010; Silva et al., 2018).

As Epistemologias do Sul reconfiguram processos de produção e valorização de conhecimentos científicos e não científicos, revendo as formas de relação entre os diferentes tipos de saberes e experiências, a partir de realidades sociais que têm sofrido de maneira sistemática as injustiças e as discriminações causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (Santos & Meneses, 2010).

Para Galheigo (2014, p. 219), a produção de “Epistemologias do Sul é a principal identificação em curso da Terapia Ocupacional latino-americana contemporânea”, sob a qual as perspectivas críticas têm se destacado como referência. Assim, o fortalecimento de produções nesse sentido pode e deve abarcar um diálogo ainda mais promissor com o que é possível estabelecer em trocas de saberes em nível intercontinental.

Guajardo (2016a), quando concebe várias terapias ocupacionais, compreende este espaço de disputa, vendo que as Terapias Ocupacionais do Sul teriam como destaque e diferencial suas identidades, historicidades, culturas, fundamento social e propósito crítico de transformação social.

Silva et al. (2019, p. 172) apresentam as Terapias Ocupacionais da América Latina desde/com/no Sul como um compromisso urgente para visibilizar e conectar “Terapias Ocupacionais engajadas, críticas, baseadas no compromisso ético e político que buscam uma sociedade mais justa e equitativa, e que estão preocupadas que nossas práxis sejam realmente relevantes”.

Núñez (2019) apresenta, enquanto temas constituintes das Terapias Ocupacionais do Sul, questões como: social, política, descolonização, direitos humanos, atividades coletivas (*ocupaciones colectivas*), feminismo e a interculturalidade. Já Tolvett (2017) reafirma o compromisso das práticas de Terapias Ocupacionais do Sul em atuar com comunidades,

principalmente vulnerabilizadas, a partir de experiências que promovem uma práxis decolonizadora nas realidades latino-americanas.

Perspectivas do Sul e a crítica decolonial

Barros & Galvani (2016, p. 107) propõem o desafio da autocrítica e da reformulação de noções e conceitos desenvolvidos sem conexões entre técnicas e culturas, ação técnica e ação política na complexidade e diversidade. As autoras ressaltam a importância de desenvolver diálogos Sul-Sul e reaprender nosso conhecimento a partir de “[...] parâmetros políticos complexos e vinculados à grande multiplicidade de linguagens, expressões estéticas e éticas e de formas de trocas culturais”.

Valorizar uma produção local, implicada na experiência de sua realidade, é um processo de reconhecimento pela terapia ocupacional sobre a dominação cultural e a hierarquização das ciências, conhecimentos, saberes e fazeres. Temos que considerar que a terapia ocupacional hegemônica também é contextualizada, situada e historicizada. Tal como nos atenta Hammell (2018), é aquela que produziu e transmitiu um conhecimento de homens e mulheres brancos/as, anglofalantes, com ‘boa educação’, de classe média, em modo de vida urbano, relacionados/as principalmente a religiões judaico-cristãs.

A terapia ocupacional hegemônica perpetua o colonialismo quando teorias, avaliações, intervenções, medidas de resultados e modelos de prática são produzidos a partir e para responder pressupostos neoliberais ocidentais culturalmente específicos, sobre o que é valioso e desejável, e ainda são promovidos e reproduzidos em contextos nos quais a política, a cultura e a economia são totalmente distintos (Hammell, 2018).

O último Congresso Mundial de Terapeutas Ocupacionais, realizado na África do Sul, em maio de 2018, foi o primeiro a ser realizado no continente africano, apesar das reuniões terem se iniciado em 1951 e desde 1952 o país sede ser membro da WFOT, além de, no continente, existir 17 países com cursos de terapia ocupacional (Zango, 2018).

Em seu discurso de abertura, Ramugondo (2018) descreve a colonialidade do saber como a forma que os conhecimentos endógenos, indígenas ou tradicionais têm sido demonizados e considerados inferiores pelo mundo ocidental convenientemente para a supremacia branca. Com isso, a decolonialidade do saber deve considerar as historicidades, reconhecer que existem múltiplas fontes de conhecimento, incluindo o saber intuitivo, o conhecimento relativo, a criatividade e a ética, e ainda reivindicar o sentido de humanidade das pessoas (ex)colonizadas, reconhecendo saberes diversos como contribuições dignas ao patrimônio global intelectual.

As Terapias Ocupacionais desde Sul oferecem oportunidades de reflexão, conscientização e enfrentamento de poderes hegemônicos instituídos. Tal como proposto por Pino Morán & Ulloa (2016, p. 245), esse debate nos leva a tomar uma posição ética-política-cultural radical, porque se trata de um “[...] desprendimento epistêmico na esfera do social, um movimento que sai da compreensão universalista hegemônica, para uma pluriversatilidade da terapia ocupacional”.

A crítica também predis põe a interdependência entre teoria e prática como saberes-fazeres constitutivos da experiência, integrados e produzidos na dialogicidade, pois a reflexão verdadeiramente crítica não se dissocia das ações: é uma práxis consciente e engajada. A consciência, como proposta por Freire (1979, p. 42), é “um compromisso histórico”, compreende um trabalho humanizante de desmitificação, pois é necessário

desvelar a realidade que sustenta a estrutura dominante através do diálogo, ou seja, “[...] o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar”.

Ao considerar que a prática terapêutica ocupacional é constitutivamente e necessariamente política, rompemos com o fundamento dominante para recriar e subverter a ordem estabelecida. Também para repensar a própria terapia ocupacional pela ética dos direitos humanos em ações coletivas e comunitárias; assim, seu objetivo ético e político se torna a emancipação, a autonomia e a liberdade (Guajardo, 2016a; 2016b).

Silvestrini et al. (2019) reafirmam que esse é um processo eminentemente cultural:

terapeutas ocupacionais podem contribuir na produção de estratégias, reflexões e práticas contra hegemônicas, anticoloniais, anti heterocispatriciais e antirracistas na busca pela ruptura e superação dos impactos gerados pelas práticas hegemônicas e violentas, nos modos de vida e relações humanas. Entende-se a importância da busca pela justiça, equidade e respeito à diversidade humana e ambiental, cujas transformações passam necessariamente pela dimensão cultural das vidas humanas (Silvestrini et al., 2019, p. 934).

Fazer-pensar *atividades humanas* como produção de vida

Alinhando às premissas anteriores, propõe-se aqui um diálogo com a compreensão de *atividade humana* proposta por Mariângela Quarentei, terapeuta ocupacional brasileira que enunciou a terapia ocupacional como produção de vida. As *atividades humanas* são compreendidas como territórios de existência, intrínsecos e singulares às pessoas; são suas matérias de criação, expressão dos modos de existir e sua própria fabricação de mundos (Quarentei, 1999; 2001).

Diante da complexidade com que se tecem produção de subjetividade, desejos, práticas culturais, organizações sociais, políticas e econômicas, poderes, interesses, desigualdades, indivíduos, comunidades, cotidianos, atividades e modos de vida, busca-se reconhecer afetações entre esses e outros elementos que não existem fora do todo. Para entrar nesse universo, acredita-se que é preciso reconhecer e se desfazer de saberes-poderes que mantêm a produção de hegemonia nas relações, que costumam pré-conceber ideais pouco realistas, por exemplo, de bem-estar e qualidade de vida, e experimentar a humildade epistemológica.

Afinal, a quem serve a terapia ocupacional? Entende-se que todo esforço deve estar na busca de reverter lógicas de (re)produção capitalista, colonial e patriarcal que imperam na racionalidade moderna. E o comprometimento ético-político-cultural com pessoas e comunidades em suas experiências cotidianas tem como enfoque as *atividades humanas* e a problematização dos efeitos do poder sobre elas, o que também incide sobre as práticas de cuidado e de produção de conhecimentos, de cultura e de vida.

A produção de vida, afirmada por Quarentei (2001), acontece em um *continuum* de atividades, de múltiplas atividades simultâneas, que caracterizam um território onde se produz o sentido da própria existência e seu potencial de criação. Não existe “não fazer nada”, pois a vida é um movimento incessante, assim como não há “atividades sem significado”, são múltiplos e são ressignificáveis. Portanto, terapeutas ocupacionais não são detentores do saber sobre elas ou condutores de técnicas estéreis, mas dependem da troca de experiências para produzir cuidado e existência conjuntamente com as pessoas que acompanham. O que requer menos manuais e mais devires inventivos, pois “[...] não há receitas, ainda que proliferem

[práticas] na perspectiva de cuidado, de garantias para afastar o mal-estar. E esse lugar de vulnerabilidade é, também, lugar de criação” (Quarentei et al., 2020, p. 316).

As *atividades humanas* são construções sócio-históricas, relacionais, culturais, expressões de modos de vida; elas envolvem cotidianos e seus desejos, saberes-fazer, potenciais transformadores próprios; são produção de vida e de mundos. Para terapeutas ocupacionais, elas são pistas inquietantes e oportunidades relacionais para experimentações conjuntas. Quando se apresenta uma dimensão tecnológica, é preciso torná-la crítica e sensível o suficiente para que não seja reprodutível e fechada em si, descolada de sua condição viva. Recursos ajudam, mas são superáveis e se modificam, não devendo caracterizar os processos terapêuticos-ocupacionais, ou seja, a identidade da profissão não deveria ser definida por técnicas empregadas (Furtado, 1991).

Uma compreensão ampliada sobre a *atividade humana* deve incorporar o valor histórico, ancestral, coletivo e a interdependência de processos geracionais. Enquanto repertório cultural, recupera e constrói valores, símbolos, sentidos, significados e depende da oralidade e da artesanaria que produzem saberes experienciais. Ao ampliar a percepção sobre sua constituição e seus valores, contribui para a conscientização dos modos de produção, consumo e descarte e do impacto da produtividade na natureza e na vida.

É preciso considerar a crise de valores éticos em que o poder de compra e consumo governa as ações humanas e corrói as noções de pertencimento, autonomia e liberdade, visto que a “[...] liberdade em ‘Ser’ foi substituída por ‘Poder Ser’ a partir ‘De’” (Furtado & Marcondes, 2013, p. 654). Não se trata apenas de denunciar a lógica da “cura-productividade”, mas de encontrar caminhos de resistência em busca de outros sentidos na produção de vida, uma “[...] existência mais rica de recursos, possibilidades e experiências é também uma existência em movimento-mudança” (Quarentei, 1999, p. 198).

A produção de sentidos e de afetos depende do compartilhamento da vida pelos encontros, e as atividades se tornam preciosas para a terapia ocupacional, pois constituem matéria para a expressão e transformação desses afetos que conduzem novas experimentações na vida (Quarentei, 1994).

Entende-se que a terapia ocupacional implicada na produção de vida e na ampliação da potência da *atividade humana* de sujeitos-coletivos complexos une sensibilidade e crítica e se compromete de forma ética-política-cultural ou ética-estética-política com o encontro e a troca de experiências, saberes-fazer culturais diversos, para que haja uma produção conjunta de cuidado, conhecimentos múltiplos, caminhos com sentidos partilhados em práticas-processos em aberto, num desafio constante de ser consciente e coerente com a realidade (Cardinalli et al., 2018).

Considerações no Fluxo Contemporâneo

A diversidade de experiências de vida e as formas de produção de saber sobre o mundo são inesgotáveis e a dedicação às Epistemologias do Sul oferece “[...] novas concepções de vida e de dignidade humana, novos universos simbólicos, novas cosmogonias, gnoseologias e até ontologias [...] também novas emoções e afectividades, novos sentimentos e paixões” (Santos, 2008, p. 21). Nós, terapeutas ocupacionais, interessamo-nos, particularmente, por essas experiências, chamadas de *atividades humanas*, cotidianos, modos de vida, relações sociais, diversidade, entre outros conceitos, buscando compreender e contribuir nas condições de existência humana e na produção do mundo comum.

Este texto histórico-propositivo apresentou uma reconstituição de compreensões sobre *atividades humanas* pela produção de conhecimento da terapia ocupacional brasileira, destacando o deslocamento entre ‘instrumento, meio ou recurso’ para o ‘conceito plural e polissêmico’ e, sobretudo, implicado na dinâmica da vida sociocultural.

Assim, vê-se a cada tempo seus desafios e uma produção de saberes implicados neles, junto a urgências que se fazem presentes com a nova crise sanitária e a antiga crise política, econômica e ambiental. O acirramento das desigualdades e da exclusão social, a precarização das condições de trabalho e insegurança na geração de renda, a forte onda conservadora e totalitária, a violência e intolerância diante da diversidade humana e cultural e o avanço vertiginoso da tecnologia da informação e comunicação. As mudanças em nossas *atividades humanas* não cessam e, portanto, não pararemos de nos dedicar a compreender e a ressignificar tais processos.

Contudo, esses processos acontecem de formas distintas e dependentes dos marcadores sociais, identitários, trajetórias e contextos de vida. Ainda que haja sensibilidade para lidar com as singularidades, é preciso também conhecer as dinâmicas que nos colocam coletivamente como semelhantes de alguns e desiguais frente aos privilégios de outros. Como lembra Boaventura de Sousa Santos,

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos, 2003, p. 56).

Por isso, valorizam-se as contribuições da terapia ocupacional como produção de vida e das Terapias Ocupacionais do Sul que mobilizam compreensões epistemológicas e sociais culturalmente em terapia ocupacional, com abertura para a inventividade e solidariedade profissional e com comprometimento ético-político-cultural pautado no direito de existir, na emancipação social e na dignidade humana.

Referências

- Barros, D. D. (2004). Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 15(3), 90-97. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p90-97>.
- Barros, D. D., & Galvani, D. (2016). Terapia ocupacional: social, cultural? Diversa e múltipla. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 83-116). São Carlos: EdUFSCar.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>.
- Bezerra, W. C. (2011). *A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/802>
- Brunello, M. I. B. (1991). Reflexões sobre a influência do fator cultural no processo de atendimento de terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2(1), 30-33.
- Cardinali, I. (2017). *Conhecimentos da Terapia Ocupacional no Brasil: um estudo sobre trajetórias e produções* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado em 5 de outubro de 2021, de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8496>

- Cardinalli, I., Silva, C. R., Cardoso, P. T., Quarentei, M. S., & Freitas, H. (2018). Atividades humanas: fazer pensar terapia ocupacional. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional*. São Paulo: UNIFESP. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <http://www.hostcentral.com.br/xvi-endto/files/pdf/088.pdf>
- Castro, E. D., & Silva, R. J. G. (1990). Processos criativos e terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 1(2), 71-75.
- Castro, E. D., Lima, E. M. F. A., & Brunello, M. I. B. (2001). Atividades humanas e terapia ocupacional. In M. M. R. P. Carlo & C. C. Bartalotti (Eds.), *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 41-59). São Paulo: Plexos.
- Castro, E. D., Lima, E. M. F. A., Castiglioni, M. C., & Silva, S. N. P. (2004). Análise de atividades: apontamentos para uma reflexão atual. In M. M. R. De Carlo & M. C. M. Luzo (Eds.), *Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares* (pp. 47-73). São Paulo: Roca.
- Feriotti, M. L. (2013). Construção de identidade(s) em terapia ocupacional no contexto das transformações paradigmáticas da saúde e da ciência. In E. M. M. Pádua & M. L. Feriotti (Eds.), *Terapia ocupacional e complexidade: práticas multidimensionais* (pp. 43-70). Curitiba: CRV.
- Ferrari, M. A. C. (1975). *Geriatria: aspectos educacionais e de terapia ocupacional* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferrigno, I. S. V. (1991). Terapia Ocupacional: considerações sobre o contexto profissional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2(1), 3-11.
- Francisco, B. R. (1988). *Terapia ocupacional*. Campinas: Papyrus.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Furtado, E. A. (1991). Percepções acerca da terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2(1), 34-38.
- Furtado, E. A., & Marcondes, J. L. (2013). Atividade sagrada pelo Método da Escavação. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(3), 653-661. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.068>.
- Galheigo, S. M. (1988). *Terapia ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar: em busca de um depoimento coletivo* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000018051>
- Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(3), 104-109. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i3p104-109>.
- Galheigo, S. M. (2012). Perspectiva crítica y compleja de la terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético político. *TOG*, 9(5), 176-189.
- Galheigo, S. M. (2014). Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em terapia ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(1), 215-221. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.023>.
- Galheigo, S. M., Braga, C. P., Arthur, M. A., & Matsuo, C. M. (2018). Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(4), 723-738. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1773>.
- Gonçalves, M. V., Costa, S. L., & Takeiti, B. A. (2017). Terapia Ocupacional e cultura: atravessamento, recurso ou campo de atuação. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 1(5), 538-555. <http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto10078>.
- Guajardo, A. C. (2016a). Terapia ocupacional apuntes para uma historia inconclusa. In V. Santos & A. D. Galassi (Eds.), *Questões contemporâneas da terapia ocupacional na América do Sul* (pp. 51-71). Curitiba: CRV.
- Guajardo, A. C. (2016b). Terapias ocupacionais desde el Sur: texto inaugural. In S. S. Algado, A. G. Córdoba, F. C. Oliver, S. M. Galheigo & S. García-Ruiz (Eds.), *Terapias Ocupacionales desde el Sur: derechos humanos, ciudadanía y participación* (pp. 41-62). Santiago: USACH.

- Hammell, K. W. (2018). Building globally relevant occupational therapy from the strength of our diversity. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 75(1), 12-26. <http://dx.doi.org/10.1080/14473828.2018.1529480>.
- Lima, E. M. F. A. (1997). Terapia ocupacional: um território de fronteira? *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 8(2-3), 98-101.
- Lima, E. M. F. A. (2003). Desejando a diferença: considerações acerca das relações entre os terapeutas ocupacionais e as populações tradicionalmente atendidas por estes profissionais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(2), 64-71. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i2p64-71>.
- Lima, E. M. F. A. (2004). A análise de atividade e a construção do olhar do terapeuta ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 15(2), 42-48. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i2p42-48>.
- Lima, E. M. F. A. (2017). *Vida ativa, mundo comum, políticas e resistências: pensar a terapia ocupacional com Hannah Arendt* (Tese de livre-docência). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/5/tde-05022018-084711/pt-br.php>
- Lima, E. M. F. A. (2019). Uma perspectiva ético-estético-política para as atividades em terapia ocupacional. In Silva, C. R. (Ed.), *Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências* (pp. 97-127). São Paulo: HUCITEC.
- Lima, E. M. F. A., Okuma, D. G., & Pastore, M. N. (2013). Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na terapia ocupacional brasileira. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(2), 243-254. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.026>.
- Lima, E. M. F. A., Pastore, M. N., & Okuma, D. G. (2011). As atividades no campo da terapia ocupacional: mapeamento da produção científica dos terapeutas ocupacionais brasileiros de 1990 a 2008. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 22(1), 68-75. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i1p68-75>.
- Machado, M. C. (1991). Rumo à ciência da atividade humana. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2(2-3), 60-65.
- Maroto, G. N. (1991). *Terapia ocupacional: discurso e prática no Estado de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Medeiros, M. H. R. (2010). *Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social*. São Carlos: EdUFSCar.
- Nascimento, B. A. (1990). O mito da atividade terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 1(1), 17-21.
- Núñez, C. M. V. (2019). Terapias Ocupacionales del Sur: una propuesta para su comprensión. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(3), 671-680. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1859>.
- Pino Morán, J. M., & Ulloa, F. (2016). Perspectiva crítica desde Latinoamérica: hacia una desobediencia epistémica en terapia ocupacional contemporánea. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(2), 421-427. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0726>.
- Poellnitz, J. C. V. (2018). *Atividade, cotidiano e ocupação na terapia ocupacional no Brasil: usos e conceitos em disputa* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9818?show=full>
- Quarentei, M. S. (1994). Atividades: territórios para expressão e criação de afetos. *Boletim de Psiquiatria*, 27(1), 26-67.
- Quarentei, M. S. (1999). Criando lugar(es) para acolher a falta de lugar. *Interface*, 3(5), 195-202. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32831999000200029>.
- Quarentei, M. S. (2001). Terapia Ocupacional e produção de vida. In *Anais do 7º Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional* (pp. 1-3). Porto Alegre: ABRATO.
- Quarentei, M. S., Paolillo, A. R., Silva, C. R., Freitas, H. I., Cardinalli, I., Ambrosio, L., Cardoso, P. T., & Ferigato, S. H. (2020). NÓS-EM-PANDEMIA: um ANTImanual do fazer em tempos de paradoxos na atividade. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup*, 4(3), 204-317. <http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto34476>.

- Ramugondo, E. (2018). El trabajo de sanar: intersecciones para la decolonialidad. Discurso de abertura. In *Anais do Congresso da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais – WFOT Congress*. Cape Town: WFOT. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <https://congress2018.wfot.org/>
- Salles, M. M., & Matsukura, T. S. (2016). Conceitos de ocupação e atividade: os caminhos percorridos pela literatura nacional e de língua inglesa. In M. M. Salles & T. S. Matsukura (Eds.), *Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental* (pp. 13-35). São Carlos: EdUFSCar.
- Santos, B. S. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, B. S. (2008). A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 11-43. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.691>.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Silva, C. R. (2013). As atividades como recurso para pesquisa. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(3), 461-470. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.048>.
- Silva, C. R. (2019). *Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências*. São Paulo: Hucitec
- Silva, C. R., Ambrosio, L., & Zango, I. M. (2018). A perspectiva das epistemologias do sul para a terapia ocupacional. In *Anais do 2º Congresso Ibérico de Terapia Ocupacional: Integrando Diversidades Gerando Oportunidades*. Madrid: APTO.
- Silva, C. R., Jara, R. M., Del Campo, Y. C., & Kronenberg, F. (2019). Terapias Ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva socio-histórica. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 3(2), 172-178. <http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto24867>.
- Silvestrini, M. S., Silva, C. R., & Prado, A. C. S. A. (2019). Terapia ocupacional e cultura: dimensões ético-políticas e resistências. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(4), 929-940. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1727>.
- Soares, L. B. T. (1991). *Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Hucitec.
- Surjus, L. T. L. S. (2017). Terapia ocupacional, trabalho e deficiência intelectual: subsídios para a atuação no Sistema Único da Assistência Social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 25(4), 899-907. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN0872>.
- Tolvett, M. P. (2017). Reflexiones sobre las prácticas comunitarias: aproximación a una Terapia Ocupacional del Sur. *Revista Ocupación Humana*, 17(1), 73-88. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.157>.
- Universidade de São Paulo – USP. (1997). *Folder do curso de terapia ocupacional da FMUSP*. São Paulo: FMUSP.
- World Federation of Occupational Therapists – WFOT. (2017). *Definition of occupational therapy*. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de https://fabble.cc/uploads/attachment/content/14089/WFOT_Definitions_2017_updated_June_2017.pdf
- Zango, I. M. (2018). Ocupando los márgenes. In *Anais do 17º Congreso de la Federación Mundial de Terapeutas Ocupacionales, WFOT SUDÁFRICA: Escuchando los Latidos de una Terapia Ocupacional Crítica y Comprometida Desde y con el Sur*. Ciudad del Cabo: WFOT. Recuperado em 5 de outubro de 2020, de <https://ocupandolosmargenes.org/wfot-sudafrica-escuchando-los-latidos-de-una-terapia-ocupacional-critica-y-comprometida-desde-y-con-el-sur>

Contribuição dos Autores

Isadora Cardinalli e Carla Regina Silva foram responsáveis pela concepção, redação e revisão do texto, organização de fontes e análises. Carla Regina Silva foi orientadora da pesquisa. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, código 001.

Autor para correspondência

Isadora Cardinalli
e-mail: isadora.cardinalli@gmail.com

Editor de seção

Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti